

## **Educação ambiental e movimento escoteiro em Mato Grosso do Sul: interfaces e desafios**

### ***Environmental education and the scout movement in Mato Grosso do Sul: interfaces and challenges***

### ***Educación ambiental y movimiento scout en Mato Grosso do Sul: interfaces y desafíos***

Verônica Maria Bezerra Guimarães<sup>1</sup>  
Carolina Lie Okazachi Ferreira<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Público pela UFPE. Professora associada nos cursos de graduação e no mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e no mestrado de Direitos Humanos da UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade e Direito. **E-mail:** [veroniguima@gmail.com](mailto:veroniguima@gmail.com),  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6673-0781>

<sup>2</sup> Graduanda em Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista de Iniciação Científica Capes/UFGD. Integrante dos Projetos de Pesquisa: Educação Ambiental Crítica e Direitos da Natureza e Economia das Mudanças Climáticas. Membro do Grupo de Pesquisa Ecofenomenologia, Ciência da Sustentabilidade e Direito. **E-mail:** [carolina.ferreira093@academico.ufgd.edu.br](mailto:carolina.ferreira093@academico.ufgd.edu.br),  
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9011-7904>

**Resumo:** O artigo desta pesquisa investiga as redes e experiências de Educação Ambiental não formal do movimento escoteiro em Mato Grosso do Sul. Neste sentido, a pergunta chave do problema de pesquisa indaga se é possível avaliar de forma qualitativa a incorporação das práticas de educação ambiental sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, por meio dos grupos atuantes no referido estado. Através de pesquisa empírica, por meio da técnica de entrevista semiestruturada, analisou-se qualitativamente o contexto em que está inserida a educação ambiental não formal no movimento escoteiro, por meio dos recortes, das redes e das experiências reveladas pelos coordenadores dos grupos investigados.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental crítica; Educação Ambiental e movimento escoteiro; Educação Ambiental em Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** The article of this research investigates the networks and experiences of non-formal Environmental Education of the scout movement in Mato Grosso do Sul. In this sense, the key question of the research problem asks whether it is possible to qualitatively assess the incorporation of environmental education practices from the perspective of Critical Environmental Education, through groups operating in that state. Through empirical research, using the semi-structured interview technique, the context in which non-formal environmental education in the Scout movement is inserted was qualitatively analyzed, through clippings, networks and experiences revealed by the coordinators of the investigated groups.

**Keywords:** Critical Environmental Education; Environmental Education and scout movement; Environmental Education in Mato Grosso do Sul.

**Resumen:** El artículo de esta investigación investiga las redes y experiencias de Educación Ambiental no formal del movimiento scout en Mato Grosso do Sul. En ese sentido, la pregunta clave del problema de investigación plantea si es posible evaluar cualitativamente la incorporación de prácticas de educación ambiental desde la perspectiva de la Educación Ambiental Crítica, a través de grupos que actúan en ese estado. A través de una investigación empírica, utilizando la técnica de la entrevista semiestruturada, se analizó cualitativamente el contexto en el que se inserta la educación ambiental no formal en el movimiento Scout, a través de recortes, redes y experiencias reveladas por los coordinadores de los grupos investigados.

**Palabras clave:** Educación Ambiental Crítica; Educación Ambiental y movimiento scout; educación ambiental en Mato Grosso do Sul.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Educação Ambiental deve se manifestar em espaços formais (instituições educacionais) e também no cotidiano, em espaços não formais, como decorrência dos compromissos normativos assumidos pelo Brasil nos multiníveis internacional, nacional, estadual e local. Concomitantemente, o ascendente debate global que envolve as mudanças climáticas revela a necessidade de urgência em prol de ações ligadas à conservação da biodiversidade, de modo a conter a degradação e garantir a qualidade de vida planetária.

A literatura sobre a Educação Ambiental revela a multiplicidade de abordagens, assumindo, então, diferentes formas, contextos e nuances. À medida que esta foi sendo definida, houve a necessidade da incorporação de adjetivos qualificadores, resultando na Educação Ambiental crítica, transformadora, emancipatória, entre outras. Isto vem ocorrendo a fim de distingui-las da educação ambiental genérica, tradicional e conservadora, que reproduz comportamentos socialmente aceitos como ecológicos e não refletem a compreensão e a dimensão da complexidade da questão ambiental, bem como a necessidade da mudança social e comportamental.

O trabalho de que resultou esta pesquisa investiga as redes e experiências de Educação Ambiental não formal através do movimento escoteiro e como a Educação Ambiental Crítica se manifesta no escotismo vivenciado no estado de Mato Grosso do Sul. Neste sentido, a pergunta chave do problema de pesquisa indaga se é possível avaliar, de forma qualitativa, a incorporação das práticas de educação ambiental sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, através dos grupos atuantes no referido estado.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Ao analisarmos o aspecto histórico-institucional da questão ambiental e da Educação Ambiental, verifica-se que elas passaram a obter certo reconhecimento a partir dos anos de 1970, através de eventos marcantes, como as Conferências Internacionais de Estocolmo (1972) e Tbilisi (1977) e publicações, como o livro *A Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1962) e o relatório Brundtland (1987), que definiu e evidenciou o conceito de

sustentabilidade, reconhecendo os problemas ambientais e a necessidade de se fazer algo a respeito. Este contexto embasou, anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, conhecida como Rio- 92, que resultou, entre outras ações, na construção da Agenda 21 e nos Objetivos do Milênio, sendo, posteriormente, substituídos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Tozoni-Reis, 2004; Donato, 2008).

Para Leonardo Boff (2012), a ideia de desenvolvimento que prevalece é aquela baseada na acumulação e no crescimento material, centrada no ser humano. Por isso, no antropocentrismo, é contraditória a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, visto que o desenvolvimento se mostra crescente, fortalecendo o dualismo riqueza/pobreza, causando a exploração em prol da acumulação individual e alimentando uma profunda desigualdade social.

A sustentabilidade, ainda de acordo com Boff (2012), é proveniente das bases da biologia e ecologia, sendo circular, fundada nos princípios do equilíbrio dinâmico e da cooperação entre os indivíduos e o ecossistemas, cuja interdependência mantém a todos, até mesmo os mais vulneráveis, sendo inclusiva e coletiva. Pode-se compreender que o primeiro termo configura-se na competição e na evolução do mais apto, enquanto o segundo baseia-se na cooperação e coevolução de todos, estes inter-relacionados.

Por isso, é necessário compreender a proposta da Educação Ambiental conservadora ou tradicional, que vem sendo construída em meio às revoluções verde e industrial, considerando a questão ambiental de modo limitado, pois não intervém de forma decisiva nos problemas socioambientais, principalmente quando estes se relacionam com crescimento e desenvolvimento econômico. Nesta educação, o indivíduo até reconhece a problemática ambiental, no sentido de que uma mudança é necessária, mas não é capaz de se reconhecer como o agente social crítico e autônomo, além de ser incapaz de reconhecer o seu papel perante tais questões.

Para Guimarães (2004), a gênese da educação ambiental conservadora provém da lógica da dominação, da exploração do meio ambiente em prol do capital, que baseia o processo educativo a partir do ponto de vista antropocêntrico hierarquizado. Ela compactua com a desigualdade,

a competição, o individualismo e a racionalidade econômica hegemônica, lugar onde cada vez mais a sensibilidade em se compreender as relações, o coletivismo, a afetividade e a emoção se perdem. O enfoque do processo educativo concentra-se somente no aspecto cognitivo, acreditando que a partir do conhecimento adquirido, o indivíduo será capaz de aplicá-lo de forma independente e individualizada.

Sendo assim, Educação Ambiental Crítica cumpre um papel norteador para que a consciência ambiental seja exercida e instrumentalizada por meio de ações coletivas e individuais em prol da manutenção e perpetuação da vida planetária. O desenvolvimento sustentável, subserviente ao capital, apontado como solução para que haja desenvolvimento, mostra-se insustentável e incapaz de suprir as necessidades das gerações presentes e futuras. Isso se dá porque o meio ambiente natural e seus recursos muitas vezes são visualizados sob o viés exploratório, como provedores de serviços e recursos voltados para a cadeia produtiva (Brundtland, 1991; Layrargues, 2018).

Outro conceito que busca a mudança de paradigmas em torno das relações socioambientais é a Ecopedagogia, fundamentada pela educação freireana, cujo processo pedagógico centra-se no universo do educando e em suas múltiplas relações, a partir de suas próprias experiências, fazendo a reflexão sobre uma educação local, planetária e comunitária (Gutiérrez, Prado, 2000).

James Lovelock (1987), também faz referência a Terra como um sistema vivo e interconectado (Gaia), em que as relações existentes devem buscar o equilíbrio para garantir a vida planetária, em simbiose. Ao citar a dimensão planetária, compreende-se que ela difere-se do “ambientalismo superficial”, citado por Gutiérrez e Prado – este aplicado somente para a manutenção em prol desenvolvimento neoliberal, nada sustentável e visivelmente antropocêntrico –, que não contribui para a resolução das questões e dos problemas socioambientais. Uma ecologia profunda traduz-se em uma cidadania ambiental que promove ações transformadoras sobre o local e a coletividade para alcançar a planetariedade (Gutiérrez, Prado, 2000).

Segundo Alfredo Pena-Vega (2003, p. 43), “[...] o comportamento de cada membro vivo de um ecossistema, depende também do comportamento

de vários outros”. A natureza representa, então, uma totalidade complexa, composta por várias entidades que assumem relação de autonomia-dependência organizadora do ecossistema, ou seja, o humano/sociedade, integrante da natureza, não se configura como entidade fechada perante o ecossistema, pois exerce influência e é influenciado, sendo, portanto, um sistema aberto.

O referido autor estabelece, ainda, que a relação entre ecologia, economia e desenvolvimento merece atenção, visto que sua construção não é orientada para a ideia de uma unidade interativa entre biosfera e desenvolvimento. E, infelizmente, os mais afetados pelos impactos ambientais negativos são as camadas socioeconômicas mais vulneráveis, que são também as que menos recebem retorno econômico da exploração: “[...] Sabemos que os custos ecológicos de hoje serão os custos sociais das gerações de amanhã, sem esquecer que a degradação do ecossistema afeta mais fortemente as condições de vida dos menos favorecidos” (Pena-Vega, 2003, p. 44).

Segundo, Ruscheinsky (2004), não se trata somente de difundir novos conceitos e ideias, mas de incentivar uma pedagogia de se “fazer fazendo”, que compreenda as complexas relações, estas que se encontram em diferentes níveis de consciência ecológica e são impulsionadas por diversas teias metodológicas; uma pedagogia que aja em função da concretização da mudança, por meio dos atores sociais, os quais atuarão sobre as questões socioambientais presentes no cotidiano, buscando atingir a meta de uma sociedade sustentável, bem como compreenda que os esforços não se findam no próprio alcance, por reconhecer que se trata, na realidade, de um processo contínuo e permanente, pautado na mudança de cultura, a qual, de preferência, rume ao ecocentrismo.

### **3 METODOLOGIA**

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, com base em critérios geográficos, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), através da avaliação de uma categoria promotora de práticas de educação ambiental não formal: o movimento escoteiro. Através de pesquisa empírica, por meio da técnica

de entrevista semiestruturada, analisou-se qualitativamente o contexto em que está inserida a educação ambiental não formal, por meio dos recortes, das redes e das experiências apresentados pelo movimento escoteiro.

Foram também utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica de teses, dissertações e artigos sobre o tema, principalmente sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica a respeito do tema de pesquisa e da investigação sobre experiências e práticas de Educação Ambiental no movimento escoteiro.

Sendo assim, foi realizado o levantamento prévio quantitativo, por meio de *sites* de busca e redes de contato, acerca da categoria predefinida, em que, posteriormente, foram selecionados 7 (sete) representantes da categoria de movimento escoteiro, com base em: diversidade geográfica, área de atuação e atividades de educação ambiental potencialmente implementadas.

Como método de contato inicial com os participantes, foram utilizados, principalmente, os meios de comunicação à distância, como: mensagens eletrônicas de texto via correio eletrônico (e-mail), redes sociais (Instagram), aplicativos de mensagem (WhatsApp) e ligação telefônica.

Foram realizados, previamente às entrevistas, encontros com o grupo de pesquisa, para discussão de técnicas para entrevista conforme Bauer e Gaskell (2002), de modo a auxiliar o direcionamento delas. As entrevistas foram realizadas, principalmente, de modo remoto, através de videoconferências no Google Meet, que tiveram duração entre 30 (trinta) a 60 (sessenta) minutos. Somente uma entrevista foi realizada de modo presencial, no município de Dourados (MS).

Como método de sondagem, elaborou-se um roteiro guia contendo seis perguntas gerais, relacionadas diretamente à educação ambiental, e cinco perguntas específicas, estas abordando tópicos sensíveis à respectiva categoria. As perguntas elaboradas estão explicitadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Perguntas do roteiro guia de entrevistas

PERGUNTAS GERAIS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Há a realização de projetos de educação ambiental? Poderia me contar um pouco sobre?</li> <li>2. Qual o público-alvo predominante nas iniciativas de educação ambiental?</li> <li>3. Há o envolvimento da comunidade acerca desses projetos?</li> <li>4. Na sua visão, como é vista a Educação Ambiental não formal?</li> <li>5. O que você entende sobre a Educação Ambiental Crítica?</li> <li>6. A pandemia paralisou diversas atividades e áreas, as iniciativas foram impactadas pelapandemia? Se sim, de qual forma?</li> </ol>
PERGUNTAS ESPECÍFICAS SOBRE O MOVIMENTO ESCOTEIRO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qual a relação do movimento com a Educação Ambiental?</li> <li>2. Qual a faixa etária e o perfil dos integrantes do grupo?</li> <li>3. Como é o envolvimento dos pais/responsáveis nas ações ambientais dentro das atividades?</li> <li>4. Quais os desafios na formulação e concretização das ações ambientais exercidas até o momento?</li> <li>5. Há o envolvimento ou a colaboração do poder público, seja em nível municipal, seja em nível estadual ou federal, nas atividades relacionadas ao meio ambiente?</li> </ol>

Fonte: autoria própria.

As entrevistas, sob prévia a autorização dos entrevistados, foram gravadas por meio do gravador de voz de celular *smartphone* e *software* de captura de gravação de tela *Camtasia studio*, para fins exclusivos de análise, as quais, posteriormente, foram transcritas e analisadas. A verificação de dados foi realizada a partir da definição de eixos temáticos, como proposto por Duarte (2004), que foram construídos com base no roteiro-guia e com o auxílio do *software ATLAS.ti*, ferramenta que permite a organização de dados qualitativos, de modo a agilizar o processo.

Os eixos temáticos gerais construídos com base no roteiro-guia são os seguintes: a) práticas de educação ambiental não formal; b) envolvimento com a comunidade diante da promoção da educação ambiental; c) envolvimento coletivo, por meio de parcerias e redes integradas; d) desafios na promoção da educação ambiental; e) impacto da pandemia, em decorrência da disseminação do coronavírus, nas atividades; f) conhecimento da Educação Ambiental Crítica.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Movimento escoteiro teve início do século XX, sendo fundado por Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, em 1907, na Inglaterra. É compreendido como um método educacional complementar que busca contribuir para o desenvolvimento e protagonismo jovem, com o auxílio de adultos voluntários, baseando-se nos princípios de autodisciplina, vivência ao ar livre, observação, práticas solidárias, autoconfiança, liderança, entre outros, advindos da experiência militar do próprio Baden-Powell, que mais tarde se tornariam condicionantes da Lei e Promessa Escoteira (Escoteiros do Brasil, 2021).

Em princípio, o escotismo direcionava-se somente aos jovens do sexo masculino; entretanto, com a popularização do movimento, estendeu-se a jovens do sexo feminino e por todo o globo, sendo considerado um movimento mundial, coordenado pela Organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME) (do inglês, *World Organization of the Scout Movement [WOSM]*), sendo atualmente composta por 172 organizações nacionais, com mais de 57 milhões de membros (Escoteiros do Brasil, 2021).

No Brasil, o primeiro registro do movimento ocorreu em 1909, com o acampamento Brownsea; entretanto, com a expansão nacional, por meio de associações independentes, criou-se a União dos Escoteiros do Brasil, em 1924, sendo reconhecida como instituição destinada à educação extraescolar através do Decreto-Lei n. 8.828, de 24 de janeiro de 1946, bem como órgão máximo do escotismo brasileiro (Brasil, 1946; Escoteiros do Brasil, 2021).

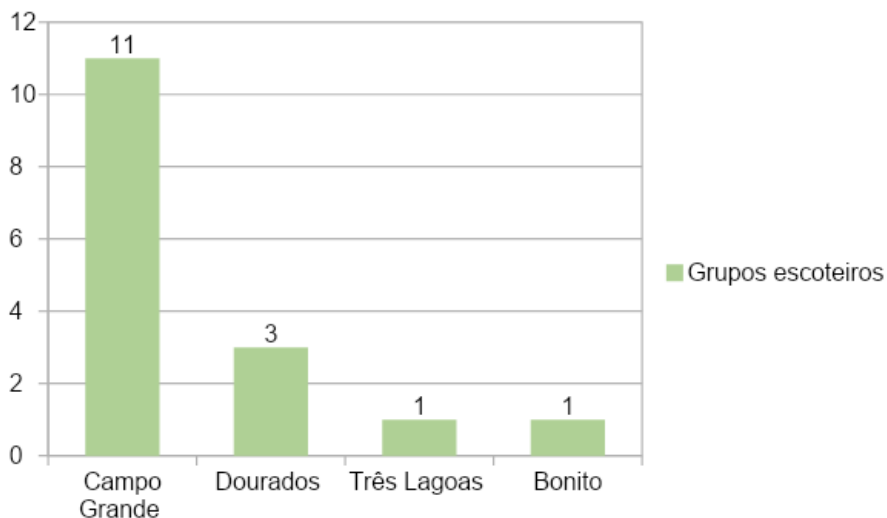
Uma das visões de futuro do escotismo é o empoderamento jovem capaz de transformar a realidade, com base no “pensar global e agir local”, em que mesmo pequenas ações, através da escala coletiva, são capazes da transformação global, exercendo um papel construtivo na sociedade. No âmbito da Educação Ambiental, o movimento escoteiro é considerado um movimento de educação não formal. O seu projeto educativo conta com um sistema de progressões, com base em categorias delimitadas pela faixa etária, denominadas de “Ramos Escoteiros”, sendo estes: Lobinho, entre idades de 6,5 a 10 anos; Escoteiro, de 11 a 14 anos; Sênior, de 15 a 17 anos;

e, por fim, Pioneiro, de 18 a 21 anos. O projeto educativo estabelece competências relacionadas a preservação do meio ambiente, gestão da cadeia de resíduos e recursos energéticos, observação e interação com o meio ambiente, questionamento acerca dos hábitos de consumo, entre outros (Escoteiros do Brasil, 2021).

Além disso, muitas práticas desenvolvidas pelo escotismo baseiam-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo um dos exemplos o calendário de atividades anuais, que atua com base nas tendências atuais e circunda dentro de todos os grupos escoteiros, por meio de projetos, eventos e iniciativas independentes (Silva; Imbernon, 2014; Escoteiros do Brasil, 2021). A associação Escoteiros do Brasil conta com cerca de 1.402 Unidades Escoteiras Locais, em 630 cidades no território nacional, com 62.225 associados totais, somando mais de 3 milhões de horas voluntárias trabalhadas (Escoteiros do Brasil, 2021).

No levantamento prévio às entrevistas, do movimento de Escoteiros em Mato Grosso do Sul, foram constatados 16 grupos escoteiros que se distribuíram geograficamente neste estado, nas cidades de: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Bonito. A cidade de Campo Grande foi a que apresentou maior número de grupos representantes, contando com 11 grupos; seguido da cidade de Dourados, com 3 grupos; e, respectivamente, Três Lagoas e Bonito, com 1 grupo representante cada, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1 - Distribuição dos grupos escoteiros em Mato Grosso do Sul



Fonte: Autoria própria.

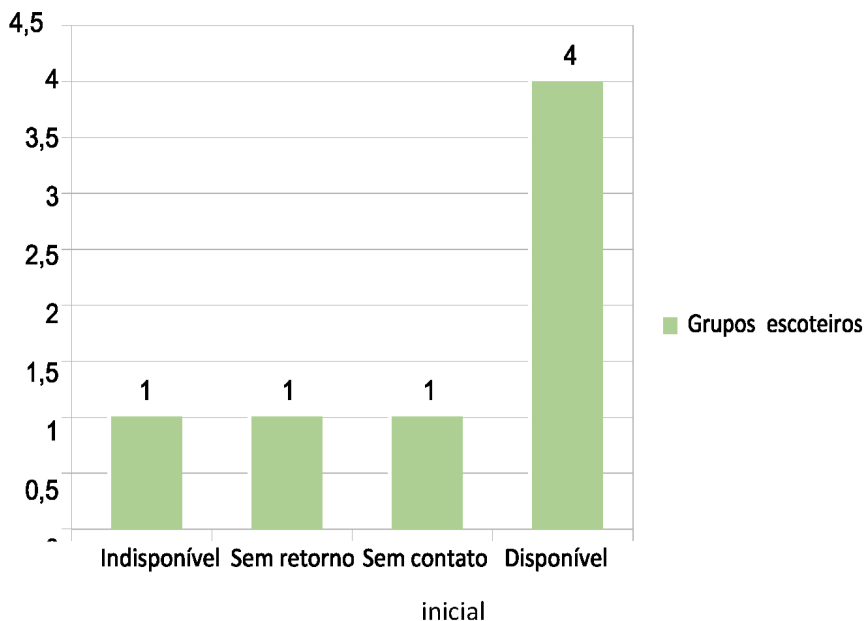
Conforme a metodologia já apresentada, do número total de grupos constatados previamente, foram selecionados sete para realização de contato inicial, sendo estes:

- \* Grupo Guaicurus, localizado em Três Lagoas;
- \* Grupos Laranja Doce, Marechal Antenor Martins e São Jorge, localizado em Dourados;
- \* Grupos Lobo Guará, Olavo Bilac e Pe. Heitor Castoldi, localizados em Campo Grande.

Dos grupos selecionados, quatro estiveram dispostos para a realização de entrevistas, sendo estes: Grupo Guaicurus, Grupo Marechal Antenor Martins, Grupo São Jorge e Grupo Pe. Heitor Castoldi.

O Grupo Laranja Doce não se mostrou disponível para realização de entrevista via videochamada, recusando a entrevista; o Grupo Olavo Bilac retornou o contato inicial, mas não voltou a responder sobre as entrevistas, e quanto ao Grupo Lobo Guará, não houve retorno no contato inicial, como é possível verificar na representação gráfica abaixo.

Figura 2 - Resposta dos grupos escoteiros sobre a disposição para realização de entrevista virtual



Fonte: autoria própria

Nas entrevistas com os grupos, ao buscar identificar a relação da educação ambiental não formal com o movimento escoteiro, pôde-se observar a relação direta com a conservação e preservação do meio ambiente, bem como a relação direta com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Atualmente, os ODS servem como orientação para os grupos, que agem de forma global, através de uma agenda internacional, atuando com ações práticas e em contato direto com o meio ambiente, através de seu projeto educativo baseado no sistema de conquista de competências e especialidades, como podemos observar nas falas abaixo. A primeira delas, de Emerson Matos Rodrigues, Diretor do Presidente do Grupo Escoteiro São Jorge, de Dourados:

[...] Baseado nos ODS, vem de forma mundial trabalhando esses assuntos. Então, de forma global, o movimento escoteiro está interligado e mantendo isso tudo no seu projeto educativo, tanto aqui no

Brasil quanto em outros países que estão sendo presentes [...] é o conhecer, cooperar e atuar. Você conhecer o local, conhecer o ambiente, a situação ambiental que nós temos, aí você vai partir para o seu cooperar, o que você pode fazer e realmente colocar em prática [...]. É o desenvolvimento na prática que é o mais importante. Você sai da teoria e parte para a prática e acaba estimulando os jovens vir a participar, elaborar, observar [sic] as necessidades e colocar em prática aí dentro dos seus dos projetos (Rodrigues, 2022).

Neste sentido, também se observa a fala de Sandro Santiago, Mestre pioneiro do clã do Grupo Escoteiro Guaicurus, de Três Lagoas:

Eu acho que a Educação Ambiental, ela é parte integrante do movimento escoteiro, a gente tem, dentro do nosso calendário, alguns eventos direcionados única e exclusivamente item meio ambiente, inclusive algumas especialidades. As insígnias especiais, elas também são relacionadas ao meio ambiente. Então hoje, dentro do movimento, eu não consigo enxergar o movimento escoteiros sem uma via muito pulsante em relação ao meio ambiente, à conservação do meio ambiente, os [sic] 17 ODS. Então, a gente tem algumas especialidades que tratam única e exclusivamente disso. *Mundo Melhor* é uma delas (Santiago, 2022).

Muitas falas dos entrevistados reforçam o papel da experiência, da necessidade de aprender fazendo, no que diz respeito à Educação Ambiental, que foi citada como parte essencial do próprio projeto escoteiro, bem como de se considerar parte integrante da natureza e do meio ambiente de maneira bem íntima, o que, de certa maneira, conecta-se com o que foi proposto por Ruscheinsky (2004, p. 53-56):

Então assim, o método escoteiro, ele tem alguns elementos: é o aprender fazendo. Então, a gente é muito mão na massa, porque o 'aprender sabendo', a gente tem certeza que eles vão adquirir as competências, porque eles têm um conhecimento que a gente passa ou eles mesmos vão buscar em algum lugar. Aí ali [sic], eles vão desenvolver habilidades e, em consequência, as atitudes, e aí vão adquirir as competências (Delboni, 2022). Nós acreditamos no desemparedamento da juventude e infância e nessa relação direta com a natureza, não nessa relação teórica, não uma [sic] relação distante, mas uma imersão. Talvez não seja uma imersão, mas de ser a própria natureza [...] enfim, que não sejam atividades em sala

ou que se aproxime do que é feito em uma escola. Não é isso. Nós acreditamos em um aprender fazendo e, por isso, a mágica acontece quando elas estão em um ambiente natural (Silva, 2022).

Quando instigados a falar sobre a Educação Ambiental não formal, muitas críticas recaíram sobre a versão formal que não se faz de forma continuada, fora dos espaços formais. Para eles, a educação não formal se faz mais efetiva em reconhecer a necessidade da continuidade das ações no cotidiano, considerar o consumo dos recursos naturais, questionar a utilização de alguns materiais, como plásticos, e manter o ambiente sadio e preservado.

Para o Diretor-Presidente do Grupo Escoteiro Mar. Antenor Martins, de Dourados, Leonardo Ribeiro Martins: *“Eu vejo que surte muito mais efeito que a formal. Como faz parte da progressão dos jovens, então ele não faz só isso na escola, na semana de meio ambiente, no dia da água. Ele trabalha mais tempo de contato com as atividades de preservação ambiental [...]”*. Ele reitera, ainda, que há reconhecimento por parte dos jovens das consequências do seu impacto negativo no tocante às questões ambientais:

Porque quando eles estão no acampamento, eles sabem que tem que minimizar o impacto ambiental, que não pode ficar derrubando árvore, que não pode ficar jogando lixo. Até porque em acampamento nós temos que ter o uso racional da água, temos que procurar água potável às vezes. E, dentro do movimento, isso é uma coisa constante. Enquanto ele estiver dentro do movimento escoteiro, ele vai trabalhar com a questão do meio ambiente. A gente trabalha bastante com a questão de educação ambiental (Martins, 2022).

Na visão de Crisrober de Santos Silva, do Grupo Escoteiro Castoldi, há necessidade de compreender tanto o papel da Educação Ambiental institucional quanto da Educação Ambiental nos espaços não formais, bem como de reconhecer que as duas modalidades necessitam se fazer presentes, de forma integrada, como já mencionado por Layrargues e Lima (2014), acerca dos padrões da Educação Ambiental não formal:

Elas poderiam ser complementares, uma não confronta com a outra, e uma também não extingue a necessidade da outra. A teoria não seria absolutamente real se não houvesse a possibilidade de viver a educação ambiental e, da mesma forma, essa vivência experimental

empírica que o movimento escoteiro proporciona, ele se enriquece quando há um conteúdo teórico que subsidia isso. Então a educação formal ela encontra na educação não-formal uma outra dimensão. Então, o que o aluno, o jovem, na vê educação formal, ela toma uma dimensão real na educação não-formal, que é o que a gente proporciona (Silva, 2022).

Quando feita a pergunta sobre o papel do movimento perante a comunidade, houve a unanimidade dos entrevistados do movimento em reconhecer que o escotismo só se faz presente no coletivo e em conjunto com a comunidade. Ainda que haja dificuldades em relação à captação de voluntários, limitação que muitas vezes estreita essa interação, o movimento age em prol do bem-estar coletivo, propagando ações solidárias, tanto no quesito ambiental quanto no âmbito social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após os resultados e as discussões apresentados, pode-se concluir, com base nos eixos temáticos, que:

Através das entrevistas sobre as práticas de Educação Ambiental exercidas no ambiente não formal, observou-se que todas dizem respeito à promoção e preservação do meio ambiente através do contato com ele. Os grupos escoteiros apresentaram uniformidade em suas práticas, o que pode ser explicado pela agenda global e pelo cronograma nacional, que são instituídos a todos os grupos, uma iniciativa denominada Tribo da Terra, que objetiva a promoção da preservação e conservação ambiental aliada às tendências apresentadas nos ODS. É possível observar que as práticas que se destacaram através dos grupos escoteiros foi o plantio de mudas de árvores, os mutirões ecológicos e a sensibilização sobre o consumo de plásticos. Tais são os principais instrumentos de sensibilização ambiental destinados aos jovens e às crianças, que resultam também na mobilização do espaço familiar.

Quando perguntados sobre o envolvimento da comunidade, todos os entrevistados consideraram haver envolvimento. Metade das respostas, vindas dos representantes do Grupo Castoldi, de Campo Grande, e do Grupo São Jorge, de Dourados, avaliou como considerável o envolvimento

com a comunidade, no sentido de observar a mobilização social dentro dos projetos de Educação Ambiental, principalmente através do interesse do público jovem. Todavia, a outra metade, composta pelo Grupo Guaicurus, de Três Lagoas, e o Grupo Marechal Antenor Martins, de Dourados, considerou como ainda insuficiente, por eles não conseguirem colaboração em nível municipal.

Foi possível constatar que todos os entrevistados tinham o estabelecimento de parcerias, configurando a existência de uma rede de iniciativas de educação ambiental. O estabelecimento de vínculos e conexões entre os diferentes setores se faz essencial para a concretização das ações, de forma a mobilizar a comunidade em uma rede integrada. Todos os grupos escoteiros afirmaram estabelecer parcerias com o ensino formal, principalmente por meio das iniciativas em conjunto com o ensino superior, em projetos de pesquisa e extensão.

Através das entrevistas, verificou-se uma série de fatores limitantes para a promoção da Educação Ambiental. Para os grupos escoteiros, o principal desafio encontrado por todos os representantes foi a ausência de voluntários, que se mostrou relacionada com a barreira cultural, visto que o voluntariado no Brasil não é muito estimulado, principalmente no que diz respeito à mobilização contínua. Segundo os entrevistados, a ação voluntária, quando se faz presente, ocorre por meio de ações pontuais e de assistencialismo.

Outro ponto que predominou no relato dos representantes diz respeito à falta de envolvimento do poder público, que foi citado por metade dos grupos escoteiros, ambos do município de Dourados. Segundo eles, há pouco incentivo do poder público em fomentar a educação ambiental nos municípios, principalmente, no que se refere à continuidade das ações que envolvem os resíduos sólidos, à falta de comunicação e ao oferecimento de infraestrutura adequada para realizar o gerenciamento efetivo dos resíduos sólidos, mostrando-se, assim, um entrave.

Outras questões que foram destacadas, mas não com muita frequência, foram: a falta de adesão da comunidade, visto que ações ambientais, para que elas sejam bem sucedidas, exigem continuidade; a dificuldade em viabilizar as ações, dado que a gestão de projetos deve envolver a identi-



ficação do problema e levar em consideração as partes interessadas e a intervenção, buscando solucionar os entraves, o que exige uma série de competências, além de tempo para agir dentro dos processos.

Houve impacto negativo da pandemia, em decorrência da disseminação do coronavírus, nas atividades presenciais, que foram interrompidas e tiveram de adaptar-se ao trabalho remoto, não se mostrando, assim, uma dinâmica compatível com as iniciativas de Educação Ambiental não formal. Os entrevistados afetados se mostraram no momento de retomada e adaptação a este período.

Todos os representantes do movimento escoteiro, que se faz muito presente em atividades com contato direto com a natureza, ao ar livre, sentiram-se muito prejudicados e limitados por terem de realizar as atividades em espaços fechados, impossibilitando a continuidade de muitos projetos e a atuação em algumas áreas. Percebeu-se que o enfoque das práticas de Educação Ambiental ocorreu em torno da questão de resíduos sólidos, principalmente relação à separação correta dos resíduos, à redução do consumo de plásticos, o que acabou envolvendo a dinâmica familiar. Neste contexto, não houve espaço para “o fazer” efetivo.

Quando questionados sobre o conhecimento da Educação Ambiental Crítica, nenhum participante apresentou familiaridade com o termo. Já quando instigados a falar sobre o que imaginam ser o termo, no geral, as respostas indicaram: o ato de realizar uma crítica e a compreensão da necessidade de agir, fazendo referência a um estado de emergência e necessidade de mudança de comportamentos. Porém, nenhum deles se mostrou próximo do significado do conceito.

## **REFERÊNCIAS**

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é e o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 8.828, de 24 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o reconhecimento da União dos Escoteiros do Brasil como instituição destinada a educação extra-escolar. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1946. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del8828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8828.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum*: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DONATO, Vitorio. *Logística verde*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

DUARTE, Rosália. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Curitiba: UFPR, 2004.

ESCOTEIROS DO BRASIL. *Relatório anual 2020*. Curitiba: Escoteiros do Brasil, 2021. Disponível em: <https://escoteiros.org.br/downloads/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 28-47, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/13481>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LOVELOCK, James. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1987.

MARTINS, Leonardo Ribeiro. *Entrevista sobre educação ambiental em grupos escoteiros*. [Entrevista cedida a] Carolina Lie Okazachi Ferreira. *Pesquisa de iniciação científica do programa PIBIC-UFMG*, Dourados, jul. 2022.

PENA-VEGA, Alfredo. *O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RODRIGUES, Emerson Matos. Entrevista sobre educação ambiental em grupos

escoteiros. [Entrevista cedida a] Carolina Lie Okazachi Ferreira. *Pesquisa de iniciação científica do programa PIBIC-UFGD*, Dourados, jul. 2022.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Atores sociais e meio ambiente: a mediação da ecopedagogia. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

SANTIAGO, Sandro. Entrevista sobre educação ambiental em grupos escoteiros. [Entrevista cedida a] Carolina Lie Okazachi Ferreira. *Pesquisa de iniciação científica do programa PIBIC-UFGD*, Dourados, jul. 2022.

SILVA, Camila Moreno de Lima; IMBERNON, Rosely Aparecida Liguori. *Aspectos do Projeto Político Pedagógico do Movimento Escoteiro no Brasil e reflexos na Educação Ambiental*. Campinas: Terra e Didática, 2014. Disponível em: [https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/V10\\_3/PDF/TDv10-3-97.pdf](https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/V10_3/PDF/TDv10-3-97.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVA, Crisrober de Santos. Entrevista sobre educação ambiental em grupos escoteiros. [Entrevista cedida a] Carolina Lie Okazachi Ferreira. *Pesquisa de iniciação científica do programa PIBIC-UFGD*, Dourados, jul. 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

